

der-se, por preservar suas estruturas, recorrendo equivocadamente ao instrumento totalitário, anti-evangélico, da Inquisição. Foi um recurso injustificável, que só pode suscitar em nós, o propósito de, por ocasião de contestações dogmáticas ou disciplinares, examinarmos nosso modo de viver a fé cristã e procurar entender o coração, as razões de quem contesta.

BIBLIOGRAFIA

BETTENSON, H., *Documentos da Igreja Cristã*, ASTE, São Paulo, 1967, p. 180ss.

BIHLMAYER, K. - TUECHLE, H., *Storia della Chiesa*, Morcelliana, Brescia, 1969, Vol. II - Il Medioevo, p. 343ss.

JEDIN, HUBERT - *Manual de Historia de la Iglesia*, Editorial Herder, Barcelona, 1973, Tomo IV, p. 192ss e 355ss.

KNOWLES, D. - OBOLENSKY, D., *Nova História da Igreja*, Vol. II - A Idade Média, Ed. Vozes, Petrópolis, 1974, p. 399ss.

LLORCA - GARCIA VILLOSLADA - MONTALBAN, *Historia de la Iglesia Católica*, II - Edad Media, 1963, p. 740ss.

LORTZ, JOSEPH - *Storia della Chiesa nello sviluppo delle sue idee*, Edizioni Paoline, Alba, 1969, Vol 1, p. 524-525.

MARTINA, GIACOMO - *La Chiesa nell'età dell'Assolutismo, del Liberalismo, del Totalitarismo, da Lutero ai nostri giorni*, Morcelliana, Brescia, 1974, p. 282ss.

Endereço do Autor:

Casa Paroquial da Catedral
rua Arcipreste Paiva, 70
88510-530 FLORIANÓPOLIS, SC

Rumo ao Terceiro Milênio

Considerações Ético-Sociais sobre a Dívida Externa da América Latina

*Se o teu irmão que vive contigo achar-se em dificuldade
e não tiver com que te pagar,
tu o sustentarás como a um estrangeiro ou hóspede,
e ele viverá contigo.*

*Não tomarás dele nem juros nem usuras,
mas terás o temor do teu Deus,
e que o teu irmão viva contigo.*

*Não lhes emprestarás dinheiro a juros,
nem lhe darás alimento para receber usura.
(Levítico, 25, 35-37)*

*Pe. Dr. Vilmar Adelino Vicente
Professor de Moral Social*

1. INTRODUÇÃO

A

Dívida Externa constitui para o Brasil e para a América Latina um verdadeiro flagelo social que tem produzido milhares de vítimas em todo o continente.

Este holocausto do final do segundo milênio tem sido legitimado por políticas neoliberais que privilegiam o pagamento dessa Dívida, às custas da drástica redução dos programas sociais: educação

básica, saúde, previdência social, habitação, assistência social, e geração de emprego e renda. O resultado é a subnutrição crônica, a fome generalizada, o desemprego crescente, a sub-habitação e favelização, a migração e o inchaço das cidades, o analfabetismo, o abandono da infância e dos idosos, o grave problema fundiário, tendo por consequência o aumento da violência e da delinqüência.

Como veremos, há dados suficientes para comprovar esta conjuntura da maneira mais objetiva possível, sem maior recorrência ideológica, senão a da

análise científica das Ciências Sociais¹. Essa performance levou inclusive o Arcebispo de Florianópolis Dom Eusébio Oscar SCHEID, motivado pelos apelos da Ética Cristã (inspirada no Evangelho, nas Encíclicas Sociais e no Magistério latino-americano) e pelas angústias e esperanças do nosso povo, que são as mesmas da Igreja de Jesus Cristo, a realizar dois pronunciamentos singulares.

O primeiro, diante do Papa João Paulo II, quando de sua saudosa e memorável visita a Santa Catarina, em outubro de 1991. O segundo, na importante IV Conferência do Episcopado Latino-americano em Santo Domingo, em outubro de 1992. Em ambas as ocasiões, denunciava-se a lógica perniciososa do aumento da Dívida Externa para pagamento da mesma, numa autêntica transfusão de sangue do atropelado para o atropelante, isto é, do 3º Mundo para o 1º Mundo. Propunha-se, nesses pronunciamentos, que a Igreja, Mãe e Mestra, patrocinasse, em articulação com a Organização das Nações Unidas, um "Fórum" de análise técnica (de alto nível internacional) e parecer ético sobre o quadro internacional da Dívida Externa, bem como suas conseqüências para o 3º Mundo.

O advento do 3º Milênio, e a convocação do

Papa para o Sínodo das Américas evoca, para evento de tal envergadura, um posicionamento decisivo da Igreja diante da elevação, em progressão geométrica, da Dívida Externa e do imperativo ético-cristão de que é impossível a evangelização deste Continente dicotomizada da defesa da vida, máxime dos pobres e excluídos (cf Jo

*"Um
posicionamento
decisivo da Igreja
diante da
elevação, em
progressão
geométrica, da
Dívida Externa"*

10,10).

Esta é a razão e o sentido maior do Documento que apresentamos a superior apreciação dos organismos da Igreja, na convicção de que diplomacia e profecia devem caminhar de mãos dadas, na expectativa de que *Justiça e Paz se abraçarão* (Sl 85,5).

2. ASPECTOS HISTÓRICO-CRÍTICOS DA DÍVIDA EXTERNA

A Dívida Externa da América Latina, regra geral, remonta ao século XIX e se estendeu ao longo do século XX, numa verdadeira estratégia de endividamento como forma de manter o Continente ame-

ríndio prisioneiro financeiro do 1º Mundo. Prova disso é que já na década de 30, EUA e Reino Unido eram os maiores credores do Brasil, estabelecendo como condições de negociação da Dívida Externa ajustes macro-econômicos ao nosso país.

O período autoritário de Getúlio VARGAS, no Brasil, encontrou uma Dívida Externa de 237 milhões de libras esterlinas, reduzidas a 169 milhões após a moratória de 1937 a 1943, com graves prejuízos para a Nação.²

Na verdade, o Acordo de *Bretton Woods*, em 1944, instituindo o padrão-dólar, progressivamente levou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional a capitanear a Dívida Externa Latino-Americana, consolidando os EUA como manda-chuva econômico dos investimentos externos no Brasil, que subiram de 19,9% em 1993, para 47,7% em 1994.³

A crise do petróleo nos anos 70, triplicou a Dívida Externa que era de US\$ 5 bilhões em 1971 e passou para quase US\$ 18 bilhões em 1974. Acresce que o quadro recessivo nos países industrializados direcionou os interesses dos investidores para o exterior, levando grandes bancos americanos a obterem 20% da sua renda no serviço da Dívida Externa da América Latina, máxime do Brasil.⁴ O quadro se agrava com a segunda crise do petróleo, em 1979, quando a política do governo americano buscou sugar o máximo do capital empatado em títulos da Dívida Externa, elevando a taxa de juros (a *prime rate* de 7,5%, em 1977, para 21% e, em 1982, e a *libor* de 7,6% para 16,4%, no mesmo período). Nos anos subsequentes, a taxa de juros permaneceu no patamar de 15 a 17%, ou seja, sempre mais que o dobro em relação aos anos 70. Na verdade, houve quadruplicação das taxas de juros reais (taxa nominal menos a inflação) nesse período. Tudo isso para evitar que os EUA fossem ao "fundo do poço", com a recessão dos anos 80⁵.

Esta política "altruísta" do sistema financeiro internacional fez com que 80% dos *superavits* anuais do Brasil fossem destinados ao pagamento dos serviços da Dívida Externa, restando o consolo de uma política interna de austeridade fiscal e direcionamento da economia à exportação de volumes sempre crescentes para atender a esses imperativos.

Contou ainda, o mercado financeiro internacional, com o apoio interno da Ditadura Militar, que aumentou em 30 vezes a Dívida Externa durante os 20 anos de gestão governamental, na estratégia de modernizar o país e pagar o serviço da Dívida Externa... Em 1985 a situação era tão insustentável que o "altruísmo" e a "solidariedade" dos ricos fez com que lideranças políticas internacionais sugerissem a transformação de parcela da Dívida Externa em investimento no próprio país. Não é de admirar que os banqueiros fingiram que não ouviram.

Com isso, a Dívida Externa brasileira foi crescendo vertiginosamente:

- 1973 - US\$ 12,6 bilhões;
- 1977 - US\$ 43,5 bilhões;
- 1982 - US\$ 83,3 bilhões;
- 1993 - US\$ 91,6 bilhões⁶.

Segundo BRANDT, a Dívida Externa atual do Brasil está em torno de US\$ 170 bilhões⁷.

Diante da dramaticidade do quadro, em 1982, mais de 176 instituições credoras, lideradas pelo *Cytibank* e pelo *Morgan Guaranty*, receando prejuízos maiores e riscos insustentáveis, revelaram mais uma vez seu "altruísmo" através de medidas financeiras com o aporte de mais US\$ 22 bilhões para refinanciamento da Dívida Externa, linhas interbancárias e financiamento do comércio exterior. Tudo isso monitorado pelo Fundo Monetário Internacional. Em 1984, repete-se a dose do dinheiro novo, com o aporte de mais de US\$ 21 bilhões, para a mesma finalidade. Finalmente, em 1988, há um reescalonamento da Dívida Externa, por 20 anos, e parte da Dívida é transformada em bônus de 25 anos com 10 anos de carência.⁸

Durante o Governo Fernando COLLOR DE MELLO, o Governo Norte-Americano propõe a securitização da Dívida Externa, trocando a Velha Dívida por Nova Dívida bonificada, com prazo de até 45 anos desde que o Governo Brasileiro reestruturasse a Dívida do setor público de US\$ 60 bilhões, o que de fato não ocorreu.

Finalmente, em 1994, mais de 97% dos 700 bancos credores do Brasil acordaram a troca da Dívida Velha por títulos garantidos pelos *zero-coupon bonds* do Tesouro Norte-Americano. Aliás, o mesmo já haviam feito vários países do Terceiro Mundo e quase todos os da América Latina.⁹

Quase US\$ 3 trilhões de *Brady Bonds* em todo o mundo foram negociados por conta da Dívida Externa, como forma de manter o sistema monetário vivo e atuante, isto é, os devedores ficando presas do mesmo sistema e os credores sendo salvaguardados nos seus interesses.¹⁰

Estamos, portanto, diante de um quadro, no qual, só o Brasil, pagou, nos últimos 30 anos, mais de US\$ 600 bilhões, numa média de US\$ 20 bilhões anuais nos últimos 10 anos. E acredita-se que o restante da América Latina tenha repassado outro tanto para o 1º Mundo nestas 3 décadas.

É sintomático que os neoliberais do Brasil são contra toda forma de monopólio nacional (inclusive no Brasil, da Petrobrás, que economizou bilhões de dólares para a Nação, gerando 1,5 milhão de empregos). Mas os mesmos donos do dinheiro não são contra o monopólio do sistema financeiro internacional, estribado no padrão-dólar. Este sistema foi definido por 44 nações, em 1944, em *Bretton Woods*, quando os Estados Unidos (possuidor do maior exército do

mundo, exclusividade da bomba atômica e 52% do Produto Mundial Bruto), resolveram impor sua moeda como padrão internacional. Confiar a um único país o direito da emissão da moeda internacional seria o mesmo que dar a uma única pessoa o direito de emitir a moeda nacional. É preciso lembrar que desde o Governo NIXON, os EUA de forma unilateral desvincularam a emissão da moeda do lastro-ouro acordado em *Bretton Woods*¹¹. O mais grave, ainda, é que os EUA fazem essa emissão sem fiscalização, sem lastro-ouro e cobram mais juros que os por eles mesmos determinados.

Com isto, uma potência mundial como os EUA pode, na verdade, através de mecanismos monetários, expropriar todas as riquezas do mundo, vale dizer, com papel e tinta poderia comprar todos os setores da economia de um país subalterno. Exemplo clássico disso são as relações de subalternidade entre EUA e México, o 4º maior produtor de petróleo do mundo, cuja economia está completamente monitorada pela lógica monetária ianque. Acresce a isso que, em 1947, foi celebrado o acordo do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade* - Acordo Geral de Tarifas e Comércio) todo estribado também sobre a lógica da acumulação do capital do 1º Mundo. Ou seja, todo comércio exterior obedece a rígidas regras impostas pelo primeiro mundo.

Por que as regras do sistema financeiro internacional não mudam? É muito simples! Com todo o sistema financeiro internacional em suas mãos, os EUA, apoiado pelas grandes potências industriais, detêm 56,2% dos votos do FMI. Sozinho, os EUA detêm 19,5% dos votos, numa instituição na qual são necessários 85% de votos para qualquer mudança. Ou seja, nenhuma mudança no sistema internacional poderá ocorrer, desde que os EUA não queiram. Com a diferença de 4,5% de votos, os EUA têm poder de veto no FMI¹². Como mudar esse quadro? Que perspectivas tem a Dívida Externa?

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um silêncio intencional sobre o problema da Dívida Externa. Até o presente momento não foi feito um exame técnico da Dívida Externa, nem pelo Governo brasileiro, nem por instância internacional. Em decorrência, não se forma e muito menos se firma uma consciência nacional ou continental a respeito da dramaticidade desse problema.

*"A Dívida Externa
brasileira foi
crescendo
vertiginosamente"*

Denuncia-se ainda hoje o genocídio nazista de 6 milhões de judeus e se cala diante desse "genocídio" que mata milhões de seres humanos no 3º Mundo, vítimas da fome, de doenças endêmicas e pluricarenciais, golpeadas pela guilhotina da Dívida Externa. Por que não se questiona esse ignominioso monopólio dos ricos? Por que não se denuncia a absurda cobrança de juros sobre a moeda na Dívida Externa do 3º Mundo? Por que uma elite nacional e terceiro mundista é a favor desse monopólio sacrificial?

O professor Paulo Nogueira BATISTA Jr.¹³ em recente artigo declara que o serviço da Dívida Externa no Brasil neste ano (juros e amortizações de curto, médio e longo prazo) alcançará mais de US\$ 25 bilhões. No próximo ano, a mesma fonte informa que teremos um aumento de 40%, ou seja, US\$ 18 bilhões em amortização e mais US\$ 14 bilhões de despesa bruta, alcançando, em 1997, o serviço da Dívida Externa, um montante de US\$ 32 bilhões! Diante disso, o próprio articulista se pergunta: "Mas se os números são esses, meu Deus, como é que quase ninguém fala na Dívida Externa? A resposta é que o relativo silêncio se deve ao refinanciamento da Dívida Externa com a captação de novos recursos externos bem ao sabor do "consenso de Washington".¹⁴ E quando não houver mais refinanciamento? Os próprios economistas americanos reconhecem a triste história da cooptação latino-americana, via Dívida Externa, e se perguntam até quando vamos permanecer no erro, identificando endividamento com sucesso no mercado de capitais.

O relatório do Banco Mundial situa o Brasil como medalha de bronze de miséria internacional, ultrapassado apenas por Honduras, medalha de ouro e Serra Leoa, medalha de prata. Se é verdade que

temos o 3º pior coeficiente de GINI do mundo¹⁵ (confronto entre PIB x Renda per capita), não resta a menor dúvida de que a sangria da Dívida Externa tem a ver com tudo isso. É só imaginar o que seria o Brasil se parte dos 600 bilhões de dólares do pagamento da

"Se parte do 600 bilhões de dólares do pagamento da Dívida Externa tivesse permanecido no país"

Dívida Externa tivesse permanecido no país como forma de novos investimentos.

Quem vai capitanear uma virada nesse processo? O Governo brasileiro, que tem sido complacente com todo esse processo, colocando como gestores da Dívida Externa, especialistas formados na lógica do 1º Mundo e consultores técnicos de Bancos Multina-

cionais? O Parlamento Nacional, afogado nas reformas constitucionais e subsidiado com salários, gratificações e "jettons" que correspondem mensalmente ao que um operário leva 7 anos e meio a receber (em fevereiro, receberam o equivalente a 15 anos e meio)¹⁶ ? Onde está a sociedade brasileira com suas instituições mais respeitáveis? Antes que as armadilhas da globalização nos engulam,¹⁷ é preciso que nós, cristãos, portadores da Boa Nova de Jesus, assumamos, com coragem profética, o início de um novo caminho. Para tanto, propomos:

- Um "Fórum" internacional de análise técnica e ética sobre a Dívida Externa, patrocinado pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Santa Sé, com a participação dos credores e devedores principais, além de analistas de reputabilidade inquestionável;
- Um pacto internacional de moratória no fim deste milênio e advento do próximo (estendendo-se por 10 anos), em que um ano de *Graça Jubilar* seja concedido a todos os povos pobres - proposta, aliás, já feita por JOÃO PAULO II na carta apostólica *Tertio Millennio Adveniente* - de modo a se reerguerem de sua miséria e abominação sócio-econômica e cultural;
- Destinação de parte dos investimentos bélicos anuais, cerca de 1 trilhão de dólares, em favor dos países inviáveis (4º Mundo) e em vias de desenvolvimento (3º Mundo);
- A criação de um Tribunal Internacional na ONU, para avaliação, hipoteca e estabelecimento de políticas para a Dívida Externa do 3º Mundo;
- Conversão de 1/3 da Dívida Externa em programa de educação, saúde, habitação, previdência, assistência social, e geração de emprego e renda;
- Que a gestão do FMI seja democratizada, superando os privilégios das nações ricas em detrimento das pobres, sem possibilidade de vetos automáticos por parte de nenhuma nação.

Em suma, a gravidade da reflexão que apresentamos dispensa qualquer superlativo. Não podemos mais pactuar com essa forma de monopólio e aprovar o raciocínio neo-liberal: "quando o monopólio é a favor do Brasil, são contrários, quando é contra, eles são a favor"¹⁸.

Se foi possível até agora reduzir à metade a Dívida Externa da Polônia e do Egito por iniciativa do 1º Mundo; se o Canadá e a Alemanha desistiram da Dívida oficial de todo o Continente Africano; se a França propõe a troca da Dívida Externa no que diz respeito à sua cota, em investimentos na educação e meio ambiente; se os EUA deram uma anistia de US\$ 16 bilhões para o Chile e formulam políticas protecionistas para a Bolívia, a Colômbia, o Uruguai, a Costa Rica e México, com importante redução nas dívidas desses países¹⁹; por que não seria possível a

formulação de políticas globais de renegociação da nossa Dívida Externa nos termos propostos neste texto?

É hora de despertar do sono. É hora de a Igreja gestar esse Pacto por um Mundo Novo, neste alvorecer do 3º Milênio. Este pacto seria um extraordinário presente de aniversário a Jesus presente na vida dos empobrecidos. Seria uma verdadeira boa nova para os excluídos da terra, incluídos somente como pagadores

“É hora de a Igreja gestar esse Pacto por um mundo Novo, neste alvorecer do 3º Milênio”

res de dívidas e não comensais do banquete da criação. A Igreja de Jesus Cristo tem autoridade moral e doutrina suficiente para fazê-lo através do seu Magistério. Não como quem manda com poder bélico e econômico, mas como

quem faz do Evangelho um Anúncio eficaz de Verdade e Justiça. Com amor de mãe e misericórdia de pai, a Igreja pode e deve se posicionar. Não dando receitas prontas, mas construindo com os homens de boa vontade princípios e diretrizes segundo a ética do evangelho, para o encaminhamento de soluções para a Dívida Externa.

Como diz o Pe. M. D. CHENU, impõe-se concretizar a revolução copernicana acontecida no Concílio Vaticano II: “O mundo não foi feito para a Igreja lhe fornecer doutrinas e modelos, mas a Igreja foi feita para o mundo, seu lugar de existência. Como Cristo se encarnou totalmente humano, a Igreja, Corpo de Cristo, só encontra existência, razão de ser, no seu engajamento no mundo. Assim como Deus é atingido pela historicidade do homem, assim a Igreja só pode ensinar a partir das realidades históricas”²⁰. Então, história humana e história salvífica andarão de mãos dadas e todos poderemos rezar o Pai Nosso coerentemente: “Perdoai-nos as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores!” (Mt 6,12). Deste modo, não teremos caído na tentação da acumulação da riqueza de uns que gera a miséria absoluta de milhões. E seremos livre do Maligno que neste momento se reveste de mil formas, dentre as quais a Dívida Externa é uma das faces da besta fera (cf Mt 6,13 e Ap 13,1-18).

NOTAS

¹ Não se trata aqui de uma leitura teológica da Dívida Externa, mas de apropriação do contributo das Ciências Sociais

para um maior discernimento ético-teológico e político-social. São Tomás de AQUINO já dissera que a Teologia pode receber auxílio de outras ciências não por serem indispensáveis, mas para maior clareza dos assuntos de que trata. Vide *Suma Teológica* I q. 1.a.5.ad. 2ª, ed. bilingüe, português/latim, Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”, SP, 1994.

² CARNEIRO, Fernando G., *Dívida Externa: do Império aos Brady Bonds*, Conjuntura Econômica, F.G.V., SP, setembro, 1996, p. 20.

³ Id., *ibid.*, p. 20.

⁴ Id., *ibid.*, p. 20.

⁵ FURTADO, Celso, *Transformação e Crise na Economia Mundial*, Paz e Terra, RJ, 1987, p.239.

⁶ CARNEIRO, Fernando G., *op. cit.*, 1996, p.21.

⁷ BRANDT, Celso, Conferência: *Aos cidadãos conscientes*, Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1996, p.1.

⁸ CARNEIRO, Fernando G., *op. cit.*, p.21.

⁹ Id., *ibid.*, p.22.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 22.

¹¹ É preciso lembrar que as reservas de ouro dos EUA foram baixando sistematicamente: 43% em 1953 para 25% em 1963 e 8,3% em 1970 do total mundial de reservas do metal. Por isso a medida de NIXON foi um autêntico calote (cf MO SUNG, Jung, *A Idolatria do Capital e a morte dos Pobres*, ed. Paulinas, 1989, p. 49-82).

¹² LICHTENSZTEIN, Samuel e BAER, Monica, *FMI e Banco Mundial - Estratégia e Políticas do Poder Financeiro*, Brasiliense, SP, 1987, p. 64-65.

¹³ O professor Paulo N. BATISTA Jr. é docente na Fundação Getúlio Vargas e pesquisador na Universidade de São Paulo. Escreveu um recente artigo: “*Dívida e(x)terna*”, in Folha de SP, 2º caderno, p. 2, 5ª feira, 14 de novembro de 1996.

¹⁴ O economista John WILLIAMSON é o autor da expressão “*consenso de Washington*” que consiste no processo de refinanciamento da Dívida Externa dos países em desenvolvimento com novas captações de recursos externos. Vide BATISTA Jr., *op. cit.*

¹⁵ Cf. Revista Isto é / Senhor, n. 1.093, 29 de agosto de 1990, p. 15, *Miséria vs. Democracia*.

¹⁶ Vide Artigo de Eduardo M. SUPPLY: “*As pessoas em primeiro lugar, para valer*”, in Folha de SP, 1º caderno, Tendências/Debates, domingo, 15 de janeiro de 1995, p. 2.

¹⁷ Vide Artigo de Maria da Conceição TAVARES: “*As armadilhas da globalização*”, in Folha de SP, 2º caderno, domingo, 9 de outubro de 1996, p.9.

¹⁸ BRANDT, Celso, *op. cit.*, p.5.

¹⁹ WORD RESOURCES INSTITUTE, *Pacto por um Mundo Novo*, Carta Aberta aos Chefes de Estado e de Governo e aos Legisladores das Américas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Continente Americano, Washington, D.C., 1991, p.21.

²⁰ CHENU, M.D., *A Doutrina Social da Igreja*, in Revista Concilium, n. 160, 1980/10, p. 98.

Endereço do Autor:

Caixa postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC